ENTRE A PROFICIÊNCIA E A REGULAÇÃO: PND 2025, ENADE DAS LICENCIATURAS E AS CONTRADIÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Nádia Batista de Carvalho
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3457-0944
Endereço eletrônico: nadia.bcarvalho@gmail.com

Leila Pio Mororó
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil ORCID:
https://orcid.org/0000.0001-9074-5257
Endereço eletrônico: leila.mororo@uesb.edu.br

Palavras-chave: formação de professores; Prova Nacional Docente; Enade das Licenciaturas; avaliação em larga escala; regulação educacional.

INTRODUÇÃO

A formação de professores no Brasil tem sido atravessada por políticas de avaliação, regulação e responsabilização que expressam disputas sobre a educação superior e a escola pública. Na nova (des)ordem global, marcada por reformas orientadas por desempenho, produtividade e competências, a formação docente ocupa lugar estratégico na regulação das licenciaturas.

A Prova Nacional Docente (PND) e o Enade das Licenciaturas são objetos relevantes para compreender tais contradições. Segundo o relatório do MEC/Inep, a PND foi criada no Programa Mais Professores para fortalecer o ingresso na docência e subsidiar entes federativos na seleção de profissionais; segue, ainda, a matriz e o teste do Enade das Licenciaturas, articulando avaliação da formação inicial e seleção de professores (BRASIL, 2026).

Essa articulação amplia a função da avaliação: além de diagnóstico, ela opera como regulação, indução curricular e organização da força de trabalho docente. Para Damas (2026) o Enade das Licenciaturas e a PND atuam como parte da reconfiguração avaliativa das

licenciaturas. Afonso (2009) lembra que os processos avaliativos podem assumir funções emancipatórias ou regulatórias. Shiroma e Schneider (2011) mostram que políticas de avaliação docente no Brasil dialogam com recomendações de organismos multilaterais, especialmente o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Este trabalho, vinculado a uma pesquisa em andamento, tem como objetivo analisar preliminarmente, a partir do relatório oficial da PND 2025 e do Enade das Licenciaturas, como a avaliação da formação docente tem sido mobilizada como instrumento de diagnóstico, comparação e regulação dos cursos de licenciatura.

METODOLOGIA

A pesquisa em andamento caracteriza-se como estudo documental, de abordagem qualitativa, orientada pelo materialismo histórico-dialético. O corpus principal é o relatório PND e Enade das Licenciaturas: Resultados, divulgado pelo MEC/Inep em 2026. Parte-se do entendimento de que as políticas educacionais não são neutras nem isoladas, mas expressam relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas de determinado momento histórico. Araújo, Cunha e Ferreira (2025) destacam que esse enfoque permite interpretar políticas educacionais a partir de contradições, mediações, totalidades e relações entre singularidade, particularidade e universalidade.

A análise mobilizou as categorias totalidade, contradição e mediação. A totalidade permitiu compreender a PND e o Enade como parte da reorganização da formação docente; a contradição orientou a leitura da relação entre Educação a Distância (EaD), setor privado e proficiência; e a mediação articulou os indicadores oficiais às determinações históricas e políticas da educação superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relatório apresenta a PND como iniciativa vinculada ao Programa Mais Professores para o Brasil, com adesão voluntária das redes e dos candidatos. A prova pode ser usada de forma classificatória, eliminatória ou complementar à prova prática, embora o documento afirme que a PND "não é uma certificação para o ofício, mas uma porta de entrada adicional para professores" (BRASIL, 2026, p. 4).

Essa formulação revela ambiguidade: mesmo sem certificação obrigatória, a PND pode assumir função seletiva no ingresso na carreira docente. O relatório informa 1.530 redes aderidas, 117 editais publicados, 1.087.359 inscritos e 211 mil CPFs consultados por entes federados (BRASIL, 2026), indicando alcance nacional expressivo.

Esse movimento não é isolado. Shiroma e Schneider (2011) demonstram que, desde os anos 2000, há tentativas de instituir exames nacionais para professores e candidatos à docência, articuladas à certificação de competências, responsabilização e controle do trabalho docente. Rodrigues (2012) acrescenta que a avaliação docente pode servir à melhoria, à prestação de contas ou à responsabilização, dimensão sensível quando desloca para os sujeitos avaliados problemas estruturais da carreira e das condições de trabalho.

No Enade das Licenciaturas, o relatório afirma que o objetivo é avaliar a qualidade da formação inicial de professores, aferindo competências docentes comuns, conhecimentos específicos e padrões de proficiência (BRASIL, 2026). Na comparação por modalidade, 40% dos concluintes estavam em cursos presenciais e 60% em EaD; contudo, 73,9% dos concluintes presenciais foram proficientes, contra 46,9% dos concluintes da EaD (TABELA 1).

Tabela 1 - Proficiência dos concluintes das licenciaturas por modalidade de ensino

Modalidade	Participação entre concluintes	Percentual de proficientes
Presencial	40%	73,90%
EaD	60%	46,90%

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Brasil (2026).

A Tabela 1 evidencia uma contradição: a modalidade que concentra a maior parte dos concluintes apresenta menor percentual de proficiência. O dado não permite afirmar que a EaD, por si só, produza menor qualidade, mas exige problematizar condições de oferta, acompanhamento, estágio, prática pedagógica, tutoria, infraestrutura e organização curricular.

A discussão se aprofunda quando articulada à expansão privada da educação superior. Nas últimas décadas, a formação de professores cresceu em instituições privadas e em cursos EaD, muitas vezes sob o argumento da ampliação do acesso. Esse processo tende a converter a formação em serviço mensurável e a qualidade em indicador de resultado.

Tabela 2 - Percentual de concluintes proficientes por categoria administrativa

Categoria administrativa	Percentual de proficientes
Pública federal	75,90%
Pública estadual	73,30%
Comunitária	70,80%
Privada	46,50%

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Brasil (2026)

A Tabela 2 reforça essa tensão. Instituições públicas federais, estaduais e comunitárias apresentam percentuais superiores de proficiência, enquanto as privadas registram percentual inferior. A diferença deve ser lida com cautela, pois envolve perfil socioeconômico, permanência, seletividade, infraestrutura e organização pedagógica. Ainda assim, indica que a natureza institucional da oferta não pode ser ignorada.

O arranjo regulatório aparece nas medidas anunciadas pelo MEC: cursos de licenciatura EaD foram colocados em extinção; cursos presenciais deverão reduzir a carga horária EaD de 40% para 30% até maio de 2027; e cursos com conceito Enade 1 e 2 terão suspensão de bônus regulatório, visita in loco e monitoramento integrado à supervisão estratégica (BRASIL, 2026). Assim, a avaliação produz efeitos concretos sobre a organização da oferta.

Saviani (2009) lembra que a formação de professores possui raízes históricas e estruturais. Não se trata apenas de medir desempenhos, mas de enfrentar condições materiais, institucionais e políticas que moldam à docência.

CONCLUSÕES

Como conclusão parcial, a pesquisa em andamento indica que a avaliação da formação docente ocupa lugar estratégico nas políticas educacionais recentes: a PND aproxima avaliação e ingresso na carreira, enquanto o Enade das Licenciaturas produz indicadores que subsidiam a regulação da oferta. Os dados evidenciam contradições entre expansão da EaD, presença do setor privado e proficiência dos concluintes. A continuidade da pesquisa buscará

aprofundar essas mediações à luz da qualidade social da formação docente e do compromisso com a escola pública.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional:** regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2009.

ARAÚJO, Hugo Lima; CUNHA, Izaias Félix da; FERREIRA, Antonio Alves. Materialismo histórico-dialético: uma possibilidade concreta para as pesquisas em políticas educacionais. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 22, n. 10, p. 1-17, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n10-187.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **PND e Enade das Licenciaturas:** resultados. Brasília, DF: Inep, 2026.

DAMAS, Maximiliano. Enade das licenciaturas e a prova nacional docente. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior:** Guia completo Enade & Enamed 2025: estratégias e boas práticas para a excelência em bacharelados, licenciaturas e CSTs**.** Ano 34, n. 46. Brasília: ABMES Editora, 2026. p. 61-86. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/RevistaEstudos46-WEB.pdf#page=61. Acesso em: 30 de jun. 2026.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal**.** São Paulo: Boitempo, 2016.

RODRIGUES, Suely da Silva. Políticas de avaliação docente: tendências e estratégias. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 77, p. 749-768, out./dez. 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40362012000400007&script=sci_abstract. Acesso em: 01 de jul. 2026.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SHIROMA, Eneida Oto; SCHNEIDER, Mara Cristina. Professores em exame: reflexões sobre políticas de avaliação docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 31-44, jan./jun. 2011. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/894/89419159004.pdf. Acesso em: 01 de jul. 2026.